

A expansão privatista da Educação Superior no nordeste brasileiro (2010–2022): financeirização e oligopolização

Alda Maria Duarte Araújo Castro ^a 

Rhoberta Santana de Araújo ^b 

Edineide Jezine ^c 

Resumo

O artigo analisa a expansão da Educação Superior privada na Região Nordeste do Brasil, tendo como referência as matrículas dos três maiores Grupos de Capital Aberto que atuam na região – Cogna, Yduqs, Ser Educacional – entre 2010 e 2022. A análise considera a expansão do setor privado mercantil como parte do capitalismo financeirizado, que, no campo educacional, se expressa pela formação de grandes oligopólios, estreitamente conectados ao setor financeiro. A pesquisa fundamenta-se no referencial teórico do materialismo histórico-dialético e utiliza como metodologia a revisão da literatura e a elaboração de séries estatísticas, com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Inep. Os resultados apontam uma significativa expansão do setor privado mercantil, impulsionada por estratégias como a governança corporativa, plataformas digitais e a Educação a Distância, o que vem reforçando a mercantilização da Educação.

Palavras-chave: Educação Superior Privada. Financeirização. Oligopólios Educacionais.

1 Notas introdutórias

O atual regime de acumulação capitalista, marcado pela financeirização, deslocou o eixo central da economia para o setor financeiro, no qual o capital especulativo,

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN/Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

^b Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

^c Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Recebido em: 12 dez. 2024

Aceito em: 20 fev. 2026

proveniente de bancos, fundos de investimento e grandes corporações, se sobrepõem à produção tradicional de bens e serviços. Esse fenômeno tem profundas repercussões no campo educacional, no qual a formação de oligopólios tem corroborado para mudanças substanciais na oferta educativa, esvaziando, progressivamente, a perspectiva de direito humano, assegurado nas normas constitucionais. Como consequência, a Educação incorpora feições mercantis, orientada à produção de mais valor, concentração e centralização de capitais. Nesse cenário, o acesso e a oferta de Educação passam a ser orientados por interesses de rentabilidade e acumulação de capital, evidenciando uma desconexão crescente com o propósito de formação crítica e cidadã, redefinindo a concepção de Educação, que passa a ser entendida como um produto comercializável, amplamente impulsionado pela expansão de plataformas digitais e pela Educação a Distância (EaD). Essa dinâmica tem início no Brasil a partir de 2007, quando diversas Instituições de Educação Superior (IES) privadas passaram por aquisições/fusões¹ junto a conglomerados internacionais e nacionais de Ensino.

Os oligopólios caracterizam-se como uma tendência do mercado mundial, na qual poucas empresas assumem o controle de uma fatia do mercado, absorvendo empresas menores, determinando os preços de seus produtos ou serviços livremente, uma vez que a concorrência passa a ser reduzida. A grande expansão da Educação superior no Brasil acontece majoritariamente nas instituições privadas que contam com capital aberto, ou grupos educacionais de caráter internacional que investem em bolsas de valores no âmbito internacional e nacional.

Para analisar o processo de mercantilização, concentração e financeirização da Educação Superior, o estudo adotou como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, por compreender que essas transformações não são fenômenos isolados, mas são expressões das determinações estruturais do modelo de produção capitalista contemporâneo e concebe os fenômenos sócio-históricos como parte de uma totalidade mais ampla. Como procedimentos metodológicos, realizou-se revisão de literatura, análise de informações disponíveis nos sites dos grupos de capital aberto Cogna, Yduqs e Ser Educacional, com o objetivo de identificar práticas de financeirização no setor educacional privado, bem como a coleta de dados quantitativos e a elaboração de séries estatísticas referentes ao período de 2010 a 2022, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior

¹ As fusões e as aquisições são estratégias de negócios utilizadas por grandes grupos nacionais, internacionais e globais para se consolidarem num determinado mercado, seja pelo crescimento externo ou pelo compartilhado, podendo obter vantagens competitivas, tais como: crescimento (do mercado e do valor da empresa); estabilidade (manutenção do conjunto atual de empresas); e redução (*turnaround*, desinvestimento ou liquidação) (Botrel, 2017).

disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para abordar a temática, o texto foi organizado em três seções. A primeira seção examina os principais aspectos da financeirização do capital e seus efeitos na expansão do Ensino Superior privado. A segunda seção explora a formação dos oligopólios educacionais no Brasil e as estratégias de atuação dos grupos Cogna, Yduqs, e Ser Educacional, considerando a governança corporativa, a plataformização e a EaD. Na terceira seção, são apresentados e analisados os dados de matrícula dos três grupos de capital aberto, com foco nos estados da região Nordeste. Finalmente, o texto tece algumas considerações finais, sintetizando os achados e refletindo sobre seus desdobramentos para o setor educacional na região.

2 Elementos da financeirização do capital e seus impactos na expansão da Educação Superior privada

O capitalismo contemporâneo é marcado por intensa concentração e centralização de capitais monetários, em busca de permanente valorização. A dominância do capital fictício, cujo valor é determinado exclusivamente pela expectativa de ganhos futuros, sem aparente correspondência direta com o capital produtivo, promoveu, nas últimas décadas, o reordenamento no funcionamento das empresas, no mercado de negociações dos ativos financeiros e uma reconfiguração industrial (Chesnais, 1998). A especulação, envolvendo a compra e a venda de títulos, torna-se a principal ferramenta de obtenção de lucros dos grandes investidores, arregimentando uma gama de serviços e intermediadores financeiros (bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, corretores).

Ainda que haja um aparente deslocamento do capital fictício do restante da economia, na prática, ocorrem mediações. A exemplo, a adoção das políticas monetárias contracionistas, ancoradas em altas taxas de juros, controle da inflação, controle do crédito, valor da moeda, com implicações diretas no setor produtivo e no mercado de trabalho. Reformas estruturais, balizadas na liberalização e desregulamentação financeira, via abertura de mercados nacionais para o livre trânsito dos capitais, demonstram o caráter sistêmico dessa etapa da organização capitalista. A separação entre capital fictício e capital produtivo, reside, portanto, apenas no plano da aparência. Brettas (2020) reitera que, embora a centralidade da acumulação permaneça no setor produtivo, ocorre uma articulação entre capacidade produtiva, exploração da força de trabalho e as possibilidades e expectativas da rentabilidade financeira.

A discussão está inserida conceitualmente em torno da financeirização da economia, marcada pelo caráter diverso, complexo e polissêmico. Parte da literatura a compreende como um amplo movimento de deslocamento da massa de capitais monetários do setor produtivo, para o sistema financeiro especulativo. Esse fenômeno assume um caráter sistêmico e globalizado.

De um lado, há aqueles que buscam enxergar o fenômeno como um novo regime de acumulação. Nesse, ao contrário do ocorrido no regime fordista, emerge um sistema de crescimento liderado pelas finanças, com foco na obtenção de rendas financeiras, muitas vezes apartadas do lado puramente produtivo das empresas, do comércio e da produção industrial. Por outro, há um conjunto de estudos apoiados no lado microeconômico, com uma análise voltada à financeirização da corporação moderna. Essa é vista como diversa das anteriores por conta de um novo *ethos* corporativo dominante e baseado na valorização acionária, que deixa de ter um caráter secundário dentro da empresa para se tornar protagonista do processo de crescimento. Isso se dá, em grande parte, pelo maior domínio e pressão dos acionistas sobre o direcionamento do processo produtivo (Bressan, 2018, p. 20).

O novo regime de acumulação, ou nova estruturação das corporações modernas, não antagoniza o fenômeno que vem estabelecendo mudanças significativas no funcionamento do capitalismo no tempo presente. A fase do capitalismo rentista, marcado pela predominância da lógica de valorização financeira, direciona as decisões do grande empreendimento capitalista e os processos decisórios que se centram na valorização e revalorização dos fluxos de renda futura nos mercados financeiros. “Encara-se o fenômeno, portanto, não só a partir de uma mudança ‘quantitativa’ – como o maior peso da riqueza financeira sobre a riqueza total –, mas, essencialmente, a partir de mudanças qualitativas no processo de acumulação” (Martins, 2024, p. 37).

A renda proveniente da propriedade de ativos financeiros, e não da produção propriamente dita, é central para a valorização dos capitais investidos. Conceituações dentro do quadro interpretativo desse fenômeno, como a assetização, são destacadas na produção de conhecimento sobre o tema. Paulani (2024), referenciando os estudos de Langley (2020), define assetização como o processo de transformação de diferentes tipos de bens em ativos financeiros. A assetização e a capitalização seriam, portanto, aspectos inseparáveis desse mesmo fenômeno, marcado pela criação de ativos a partir da compra ou contratação de

fluxos futuros de rendimentos, em volumes e escopos cada vez mais amplos (Paulani, 2024, p. 96).

A financeirização impacta na organização da sociedade como um todo, decorrente das influências do mercado financeiro no acesso aos bens e serviços essenciais para reprodução social. As famílias passam por processos de endividamento, para financiamento de serviços como saúde, Educação e previdência, considerando o enfraquecimento da atuação do Estado na garantia dessa oferta, a estagnação econômica e retração de empregos e salários (Bressan, 2018).

O fenômeno de reconfiguração do modo de produção capitalista, sob as bases do capital fictício e portador de juros, tem efeitos no modo de organização das instituições de Ensino Superior privado-mercantis. Essas instituições, que a despeito do objeto de atuação ser o campo educacional, funcionam como organizações empresariais complexas e que, a partir de meados dos anos 2000, iniciaram o movimento de expansão dos lucros, decorrente da fusão/aquisição de instituições de pequeno e médio porte, corroborando para um processo de formação de grandes oligopólios. Segundo Brettas (2020),

O fato de as maiores oportunidades de rentabilidade estarem nas aplicações financeiras leva a adoção de um conjunto de práticas voltadas para a maximização do valor acionário das empresas. Estas práticas se sustentam em uma busca pela redução de custos da produção com vistas a, em detrimento das inversões produtivas, redirecionar os recursos para remuneração dos investidores e para aplicações financeiras mais rentáveis. Em outras palavras, as grandes empresas e conglomerados, que têm no capital financeiro sua forma mais avançada, assumirão feições cada vez mais financeirizadas (p. 83).

O estudo de Chaves (2010) sobre o processo de mercantilização do Ensino Superior no país, a partir do movimento de oligopolização e financeirização dos capitais das instituições privado-mercantis, destaca que as primeiras empresas educacionais a ingressarem no mercado de capitais no Brasil foram: a) Anhanguera Educacional S. A.; b) Estácio Participações; c) Kroton Educacional da rede Pitágoras; e d) Empresa SEBS S.A. Em 2014, a Anhanguera Educacional S. A. e Kroton Educacional concluíram o processo de fusão, criando um gigante empresarial no setor, responsável no período pela matrícula de aproximadamente um milhão de alunos.

Segundo Sguissardi (2008) e Chaves (2010), a lógica economicista, expansiva de lucratividade, operada pelos critérios do mercado financeiro, demarca uma concepção pragmática de Educação, instrumental à acumulação do capital e é encarada como qualquer outro serviço disponível no mercado, e submetida, portanto, às mesmas regras de comercialização. A valorização acionária, alinhada à dinâmica da financeirização, configura a força motriz da disposição e funcionamento dessas organizações.

Para viabilizar a expansão do setor privado mercantil no Ensino Superior, um conjunto de medidas foram adotadas pelo Estado. Entre elas, a desregulamentação da legislação, facilitando a diferenciação institucional e diversificação nas modalidades de oferta; a criação e a ampliação de programas voltados a transferências diretas e indiretas do fundo público para as IES; e a concessão de garantias de imunidades tributárias e fiscais. Dessa forma, as IES privadas com fins lucrativos, amparadas pelo respaldo legal e pelo financiamento estatal direto e indireto, criaram sociedades propriamente mercantis, a exemplo das sociedades anônimas.

Constata-se que a nova arquitetura institucional da Educação Superior financeirizada tem como componentes essenciais, a segmentação, a diversificação e a flexibilização da oferta nas suas estratégias operacionais o que garante uma grande expansão com redução de custos e aumento dos lucros.

3 Oligopólios educacionais no Brasil e as estratégias de atuação dos grupos: Cogna, Yduqs, e Ser Educacional

No Brasil, a Educação Superior privada mercantil é um fenômeno complexo que reflete a interação entre a demanda de políticas públicas para suprir o grande déficit da população por esse nível de Ensino e os interesses econômicos de grupos privados, que enxergam, nesse setor, um nicho lucrativo, refletindo, portanto, a crescente mercantilização da Educação.

Os oligopólios educacionais têm desempenhado um papel central na transformação do cenário da Educação Superior no Brasil e se expandiram rapidamente, preenchendo lacunas deixadas pelas instituições públicas. A estratégia dessas empresas tem sido diversificar suas áreas de atuação e explorar nichos de mercado, consolidando sua presença em regiões onde o setor público tem cobertura insuficiente. Tomamos como exemplo os três grupos de Capital Aberto, o Cogna, Yduqs e Ser Educacional.

Fundado em 1960, o grupo Cogna é, atualmente, uma rede educacional associada com outras grandes marcas: a Kroton, com foco no Ensino tradicional, híbrido e digital; a Saber, que produz conteúdos educacionais e é líder no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); e a Vasta, que promove serviços digitais para todo o país, e atua também na capacitação de docentes e na gestão escolar. Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Cogna Educação (2022), a *holding* atua na Educação Superior por meio da Kroton, com mais de 3 milhões de estudantes, 25 mil colaboradores e 112 unidades espalhadas pelo Brasil. No Ensino Superior conta com 896 mil estudantes na modalidade presencial e digital (EaD).

O Grupo Yduqs/B3/Brasil, antiga Estácio Participações, dispõe de um leque de atividades e produtos comerciais, que vai de cursos de modalidades diversas, ofertados por meio de parcerias que estão espalhadas por todo o Brasil. Em 2024, registrou um milhão e trezentos mil alunos, possui nove mil docentes cadastrados e mais de oito mil colaboradores diversos. Possui diferentes empresas que oferecem Educação “personalizada” de acordo com as necessidades dos alunos. Entre as instituições que formam o grupo Yduqs, 103 unidades são campi, 66 são instituições de Ensino Superior e há 2.604 pontos ativos no EaD, dos quais 97 foram criados pela empresa e os demais são parcerias, estando presente em mais 1.500 cidades do país (Grupo Yduqs, 2024).

O Grupo Ser Educacional, fundado em Pernambuco em 1993, nasceu a partir do Bureau Jurídico Cursos e em 2003, esse curso deu origem à Faculdade Maurício de Nassau. Tem forte presença no Nordeste, com foco em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de negócios, direito e tecnologia. No ano de 2024, segundo a *homepage* da instituição, estavam matriculados na graduação 160.826 alunos na modalidade presencial e 153.033 na modalidade digital. A pós-graduação contava com 1.164 alunos na modalidade presencial e 34.167 na modalidade digital (Ser Educacional, 2024).

Os grupos apresentam crescimento diferenciados e expressivos, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução das matrículas dos três grupos de Capital Aberto no Brasil no período de 2010 a 2022

G.CAP.ABERTO/ANO	COGNA	YDUQS	SER EDUCACIONAL
2010	75.908	235.105	25.150
2011	254.025	253.331	31.395
2012	409.919	262.413	41.088
2013	507.235	317.197	64.310
2014	1.018.919	394.344	110.982
2015	1.041.824	424.901	126.160
2016	1.030.151	445.689	131.526
2017	957.880	457.142	137.979
2018	880.437	464.782	138.687
2019	859.434	528.584	170.700
2020	841.235	724.005	166.467
2021	891.590	753.344	165.293
2022	971.535	756.507	244.715
TOTAL	9.740.092	6.017.344	1.554.452

Fonte: Laredo (2024) adaptado de Inep (2023)

Com a possibilidade das IES privadas colocarem suas ações nas bolsas de valores a partir de 2007, várias instituições passaram por um processo de reengenharia administrativa acompanhadas por aquisições/fusões² junto a conglomerados internacionais e nacionais de Ensino. Esse fenômeno é perceptível quando se analisa os dados apresentados na Tabela 1, considerando a série histórica de 2010 a 2022.

No ano de 2010, registra-se a primazia da Yduqs, com 235.105 alunos matriculados, seguido pela Cogna, com 75.908 alunos; e a Ser Educacional, com 25.150 alunos matriculados. Em 2012, a Cogna, que na época ainda era conhecida como Kroton Educacional, esteve envolvida em importantes movimentos de expansão no Brasil por meio de aquisições, consolidando sua posição como um dos maiores grupos educacionais do país. Em abril de 2012, a Kroton anunciou a compra da

² As fusões e as aquisições são estratégias de negócios utilizadas por grandes grupos nacionais, internacionais e globais para se consolidarem num determinado mercado, seja pelo crescimento externo ou pelo compartilhado, podendo obter vantagens competitivas, tais como: crescimento (do mercado e do valor da empresa); estabilidade (manutenção do conjunto atual de empresas); e redução (*turnaround*, desinvestimento ou liquidação) (Botrel, 2017).

Universidade Norte do Paraná (Unopar) por cerca de R\$ 1,3 bilhão, aquisição que fortaleceu sua posição no mercado de EaD, um setor que já demonstrava grande potencial de crescimento, suplantando, portanto, os dados da Yduqs e assumindo a liderança em matrículas no Brasil com 409.919, atingindo seu ápice em 2015, com 1.041.824. O grupo Ser Educacional apresentou um crescimento bastante significativo, aumentando sua matrícula no ano de 2014 para 110.982 alunos, registrando seu maior crescimento em 2022, com 244.715.

Além das estratégias de fusão e aquisições utilizadas nesse período, pode-se afirmar que o crescimento dos grupos educacionais de capital aberto no Brasil, no período de 2010 a 2022, está associado ao uso do fundo público por meio das legislações do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni). Esses programas federais tiveram um impacto significativo no aumento das matrículas no Ensino Superior privado, especialmente nas regiões com menor acesso tradicional à Educação Superior.

É importante destacar o período de 2015 a 2018 como marcado por retração, especialmente para o grupo COGNA. Em 2015, o grupo registrou 1.041.824 matrículas, mas esse número caiu para 880.437 em 2018. Outros grupos, como a Yduqs, também experimentaram um crescimento mais lento ou estagnação nesse intervalo. Quanto à retração observada no período de 2015 a 2018, esta pode estar relacionada à crise econômica no Brasil, mudanças nas políticas de financiamento estudantil e ajustes internos nos grupos educacionais, com foco na eficiência e redução de custos, além do impacto da redução do Fies a partir de 2015.

Algumas estratégias foram utilizadas em comum pelos grupos de capital aberto para garantir a expansão das matrículas a partir desses grandes conglomerados, em destaque para a Governança Corporativa GC; a plataformação e a EaD.

Nas últimas décadas, as IES privadas, principalmente as que integram os oligopólios educacionais passaram a adotar, em suas práticas administrativas, o modelo da Governança Corporativa entendida por Silva (2017), como um sistema de aperfeiçoamento de gestão, que busca implementar regulamentações próprias que possam contribuir para a disseminação de práticas mais eficientes no campo da gestão e administração.

No Brasil, a instituição responsável por divulgar os mecanismos de orientação e implementação do modelo de Governança Corporativa é o Instituto Brasileiro

de Governança Corporativa (IBGC)³. De acordo com esse instituto, essas práticas vêm assumindo o papel principal na administração das corporações, com a finalidade de alinhar os processos e otimizar o tempo e os recursos. A governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, definição de propósitos estratégicos, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015).

A utilização desse modelo de governança no campo educacional muda a lógica das instituições educacionais, para uma abordagem mais orientada à eficiência, transparência e *accountability*. Ganham centralidade aspectos como: resultados e performance institucional; foco em indicadores de desempenho; maior transparência nas operações e decisões promovendo uma cultura de prestação de contas que envolve *stakeholders*, incluindo cidadãos em processos decisórios; envolve, ainda, o gerenciamento de risco, que considera cenários e estratégias para mitigar incertezas, encoraja a inovação e a adaptação rápida às mudanças do ambiente que se torna mais dinâmico e responsivo (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015).

Outra estratégia que merece ser considerada no processo de expansão dos oligopólios é o fenômeno da plataformização, que se origina do avanço acelerado da tecnologia e da crescente digitalização de processos em diversas áreas. Segundo Poell, Nieborg e Dijck (2020), a plataformização é definida como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida.

A plataformização tem provocado profundas transformações na sociedade em geral, afetando diversos setores, desde a economia até a comunicação, ao reconfigurar relações de poder e controle. Grandes conglomerados digitais, que operam de forma oligopolista, exercem uma influência significativa sobre a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, gerando novas dinâmicas que impactam diretamente a vida social.

No campo educacional, esses impactos são igualmente marcantes. As plataformas digitais redefinem a maneira como o conhecimento é produzido, distribuído e

³ Fundada em 1995, é uma associação de âmbito nacional, que não possui fins lucrativos, voltada à organização e disseminação da governança corporativa no Brasil, pautando-se também no sentido de cooperar para o desenvolvimento de uma maior transparência, justiça e responsabilidade das instituições diante da sociedade (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015).

consumido, transformando a Educação em um produto a ser distribuído em larga escala, para um grande número de pessoas, de forma padronizada e massificada. Essa lógica de mercado, ao mesmo tempo que expande o acesso ao Ensino, gera preocupações sobre a qualidade das experiências educativas e o controle sobre os processos de aprendizagem, que ficam cada vez mais centralizados nas mãos de grandes corporações.

A plataformização é utilizada pelos conglomerados, de várias maneiras para consolidar seu domínio e expandir suas operações. Esse processo pode ocorrer em três dimensões: a) infraestrutura de dados, referindo-se às maneiras pelas quais as plataformas digitais se transformam em dados, práticas e processos que historicamente escaparam a quantificação; b) os mercados que passam a ser reorganizados de forma bilaterais e complexos multilaterais que funcionam como agregadores de transações entre usuários finais e uma grande variedade de terceiros; e c) a governança, que se materializa por meio de classificação algorítmica, moldando, os tipos de conteúdo e serviços que se tornam visíveis e em destaque e o que permanece fora do alcance, (Poell; Nieborg; Dijck, 2020).

A expansão desses oligopólios educacionais utiliza as plataformas para expandir a EaD, atingindo um grande número de alunos sem a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura física. A expansão da EaD, nos últimos anos, no Brasil, também está articulada a processos de desregulação conduzidos pelo Ministério da Educação, cuja centralidade é o afrouxamento das condicionantes para abertura de novos polos EaD pelos grandes grupos empresariais que atuam no setor.

Merecem destaque as mais recentes medidas que flexibilizam a oferta dessa modalidade, no país, a exemplo do Decreto nº 9.057, de 25 de maio 2017, que altera o Art. 80, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 2017). A principal alteração promovida pelo Decreto é a concessão de maior autonomia às IES para abertura de polos EaD, as quais poderão fazê-lo, por ato próprio, observando os limites numéricos, de acordo com o desempenho da instituição nos processos avaliativos coordenados pelo Inep, dispensada a autorização prévia do Ministério da Educação (MEC). Outra mudança trazida pelo Decreto de 2017 é a possibilidade de ofertas de cursos exclusivamente a distância, sem atividades presenciais, flexibilizando a obrigatoriedade de polos presenciais, com infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, adequado ao projeto pedagógico do curso e da instituição (Brasil, 2017).

A Associação Brasileira de Educação à Distância (Abed), criada em 1995 reconhece que cursos à distância ou semipresenciais podem apresentar um custo até 50% inferior se comparado aos cursos presenciais. As instituições de Capital Aberto têm investido em estratégias comerciais para o barateamento das mensalidades, a exemplo da padronização de conteúdos e atividades e do aumento na relação entre o número de alunos e o de tutores.

A adoção da EaD pelos grupos de capital aberto ocorre, em grande parte, por seu potencial de escalabilidade e redução de custos operacionais, o que favorece a rentabilidade e a expansão rápida em diversas localidades. Ao apostar na EaD, esses grupos podem competir em um mercado que valoriza o acesso facilitado e o custo-benefício, utilizando plataformas digitais robustas e estratégias de marketing intensivas. Isso reforça uma lógica de mercado voltada para a maximização de matrículas e o atendimento a um público-alvo cada vez mais amplo, ao mesmo tempo em que transforma o cenário educacional e impõe desafios à qualidade e à regulamentação da Educação Superior.

Numa tentativa de regular a expansão da EaD, no ano de 2025 foi aprovado o Decreto nº 12.456/2025 (Brasil, 2025) interpretado por especialistas e setores educacionais como uma resposta regulatória à expansão massiva e por vezes desregulada da EaD no Brasil – impondo controles de qualidade, condicionando oferta à presença física e interação, e restringindo cursos que demandam práticas presenciais intensivas.

4 Atuação dos grupos de capital aberto: Cogna, Yduqs, e Ser Educacional no Nordeste do Brasil

A partir de 2008, os grupos educacionais de capital aberto passaram a atuar de forma intensiva na região Nordeste do Brasil, em busca de expandir suas operações, uma vez que a região se apresentava como um mercado bastante promissor possuidor de uma grande demanda por esse nível educacional.

Os dados do Censo da Educação Superior 2022, (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2023), indicavam que o Nordeste era responsável por cerca de 18% das matrículas do Ensino Superior do Brasil, totalizando, aproximadamente, 1,4 milhão de matrículas, considerando tanto os cursos presenciais quanto os de EaD. Por outro lado, o Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, tornava evidente que a região ainda está distante de alcançar os objetivos da Meta 12, que visava atingir, até

2024, uma taxa bruta de 50% e uma taxa líquida de 33% de jovens matriculados no Ensino Superior.

Esse cenário mostra o quanto a região tem um grande potencial de expansão para a Educação Superior, especialmente para a rede privada, que tem se consolidado como a principal oferta para atender à crescente demanda de estudantes da região. A entrada das instituições privadas de capital aberto no Nordeste, além de atender a essa demanda reprimida, também reorganizou o panorama educacional local, intensificando a competição e estabelecendo novos modelos de oferta educacional.

A Tabela 2 permite visualizar como foi a expansão do Grupo Cogna por Estados do Nordeste.

Tabela 2 – Evolução das matrículas do Grupo Cogna nos Estados do Nordeste no período de 2010 a 2022

ESTADO/ ANO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2010	0	14.383	0	2.340	0	0	0	0	0
2011	5.348	42.884	1.915	9.274	1.830	4.787	752	190	154
2012	7.046	60.986	2.842	11.897	2.728	7.474	1.398	286	109
2013	9.721	73.154	3.670	14.581	3.837	11.002	2.268	524	110
2014	11.536	90.427	10.275	24.294	5.098	15.107	4.925	2.198	322
2015	12.060	90.258	9.374	19.597	5.292	14.901	4.696	2.472	518
2016	12.303	88.933	10.293	22.948	5.634	15.795	4.828	2.951	668
2017	12.487	74.491	10.330	30.373	5.755	16.191	7.321	3.733	805
2018	12.061	68.671	12.386	29.705	5.544	14.543	6.236	3.994	839
2019	13.436	70.202	13.895	27.730	6.140	15.741	5.874	4.724	1.072
2020	12.373	66.559	15.545	24.347	6.539	16.163	6.008	5.678	1.510
2021	13.308	62.119	16.082	22.515	7.348	13.779	6.884	6.747	2.208
2022	16.857	77.706	18.001	25.297	7.560	20.178	7.488	7.942	2.774
TOTAL	138.536	880.773	124.608	264.898	63.305	165.661	58.678	41.439	11.089

Fonte: Laredo (2024) adaptado de Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais (2023)

O grupo Cogna em sua estratégia de crescimento, voltou-se para a região Nordeste, utilizando um discurso de democratização do acesso à Educação Superior em áreas com alta demanda reprimida por cursos de graduação. O relatório da Cogna (2022) destacava o Nordeste como uma região estratégica, devido a menor concorrência com outros grupos educacionais em comparação com outras regiões do país.

No ano de 2010, o Grupo Cogna atuava apenas na Bahia, com uma matrícula de 14.383 alunos, e no Maranhão, com 2.340 alunos. Em 2011, já se registra a sua presença em todos os estados nordestinos. A Bahia, com 42.884 matrículas, liderava as matrículas, e o estado de Sergipe tinha o menor número de matrículas, 154. O ano de 2014 foi o período de maior expansão para o grupo Cogna no Nordeste, especialmente na Bahia, onde as matrículas saltaram de 73.154 em 2013 para 90.427 em 2014. Outros estados, como Maranhão que passou de 14.581 matrículas em 2013 para 24.294; e Pernambuco que passou de 11.002 para 15.107. A fusão com a Anhanguera, em 2014, ampliou significativamente a base de matrículas da Cogna.

O período entre 2017 e 2018 o Grupo Cogna registrou uma retração no número de matrículas em alguns estados, podendo estar relacionada a fatores econômicos, como a crise financeira e a diminuição de investimentos no Fies, além de possíveis reestruturações internas do grupo para otimizar custos. A Bahia, por exemplo, passou de 74.491 matrículas em 2017 para 68.671 em 2018, o Maranhão, passou 30.373 matrículas para 29.705 matrículas, e o Pernambuco reduziu suas matrículas de 16.191 para 14.543, nesse mesmo intervalo.

Em termos absolutos, o grupo Cogna apresentou o maior crescimento na Bahia, onde o número de matrículas cresceu de 14.383 em 2010 para 77.706 em 2022. O ponto de partida para a expansão do Grupo no Nordeste incluiu: a) aquisições de instituições locais e regionais, o que permitiu à empresa ter uma presença física em diversos estados nordestinos; e b) expansão do EaD, com a utilização de uma ampla rede de polos de EaD.

No que se refere ao Grupo Yduqs, a Tabela 3 permite visualizar os dados e mostrar a evolução desse Grupo no Nordeste.

Tabela 3 – Evolução das matrículas do Grupo Yduqs nos Estados do Nordeste de 2010 a 2022

ESTADO/ ANO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2010	335	13.082	30.730	0	5.627	0	0	1.839	4.018
2011	4.386	13.615	19.587	0	376	6.645	0	5.670	5.119
2012	4.520	13.315	23.658	0	363	8.895	0	5.166	6.819
2013	5.571	14.367	29.544	6.573	521	9.901	0	5.120	7.544
2014	6.394	17.333	38.094	10.120	730	12.152	3.690	5.299	8.682
2015	7.046	17.810	44.114	10.587	1.278	13.680	4.810	5.190	10.440
2016	7.118	19.055	44.201	9.604	1.511	14.366	6.978	5.289	11.400
2017	7.966	18.249	41.377	10.030	1.616	14.543	6.813	5.031	11.989
2018	8.062	17.848	41.136	9.524	2.026	14.440	7.091	5.154	11.813
2019	7.832	23.802	46.421	12.804	2.053	28.265	13.045	5.337	11.614
2020	9.630	32.893	54.204	16.398	3.573	35.465	15.050	7.396	13.910
2021	9.135	33.391	51.732	17.920	4.710	35.165	14.447	7.173	12.592
2022	9.365	33.454	51.564	18.217	4.986	33.989	14.539	7.448	12.460
TOTAL	87.360	268.214	516.362	121.777	29.370	227.506	86.463	71.112	128.400

Fonte: Laredo (2024) adaptado de Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais (2023)

O grupo tem suas origens a partir da faculdade “Estácio de Sá” e em 2019, a marca foi mudada para Yduqs. Iniciou sua atuação no Nordeste atuando em duas frentes: a) a compra de faculdades e centros universitários regionais, ampliando sua capacidade de oferta de cursos presenciais e formando verdadeiros oligopólios educacionais; e b) pela consolidação de uma rede de polos de EaD, o que permitiu uma rápida expansão em áreas onde a Educação Superior presencial era menos acessível. Essas ações ajudaram a consolidar o grupo como um dos maiores *players* da Educação Superior na região.

Os dados mostram que sua atuação se inicia no ano de 2010 em seis estados do Nordeste, o Ceará, nesse período é o estado que registra a maior presença do grupo com 30.730 matrículas. Nesse ano deixou de atuar apenas no Maranhão, em Pernambuco e no Piauí. O Estado nordestino que registrou maior presença do Yduqs no período analisado foi o Ceará com 516.362 matrículas no total, seguido pelo estado da Bahia com 268.214 matrículas. Em terceiro lugar vem

o estado de Pernambuco com 227.506 matrículas. Na atualidade o grupo atua em todos os estados nordestino com uma matrícula bastante significativa, sendo presença menos significativa no estado da Paraíba que no período de 2010 a 2022 registrou um total de 29.370 matrículas.

No que se refere ao Grupo Ser Educacional, a Tabela 5 permite visualizar como foi sua expansão nos Estados do Nordeste.

Tabela 4 – Evolução das matrículas do grupo Ser Educacional nos Estados do Nordeste de 2010 a 2022

ESTADO/ ANO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2010	1.930	2.288	0	0	2.720	17.408	0	804	0
2011	2.874	2.521	0	0	4.368	20.453	0	1.179	0
2012	3.972	3.286	1.355	0	6.642	22.404	0	2.693	0
2013	5.165	4.146	3.944	0	9.919	30.686	4.871	3.490	0
2014	6.122	4.406	4.953	0	14.562	35.593	6.604	4.710	0
2015	6.905	5.550	7.700	0	15.661	37.517	8.545	4.778	0
2016	7.288	6.494	8.212	0	16.512	36.209	9.922	4.862	0
2017	6.338	8.747	8.505	20	16.081	35.749	11.903	4.999	49
2018	5.645	9.795	8.420	70	13.592	36.419	12.725	5.111	141
2019	4.514	9.851	9.937	130	13.056	35.910	13.271	5.084	311
2020	4.562	11.718	13.944	484	12.920	36.089	11.891	6.132	649
2021	6.153	11.096	13.452	753	12.273	35.967	11.315	6.844	772
2022	8.215	15.095	17.351	1.892	15.017	43.882	12.608	9.656	1.542
TOTAL	69.683	94.993	97.773	3.349	153.323	424.286	103.655	60.342	3.464

Fonte: Laredo (2024) adaptado de Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais (2023)

Em 2010, o Grupo Ser Educacional atuava em cinco estados nordestinos deixando de atuar no Ceará, no Maranhão, no Piauí e em Sergipe. No período de 2012 a 2017, o grupo passou a atuar em todo o Nordeste, porém, as suas matrículas sofreram oscilações. O único Estado onde a matrícula foi sempre crescente foi o Ceará; no período compreendido entre 2010 e 2022, foram registradas 97.773 matrículas. A maior presença do ser Educacional no Nordeste foi registrada

em Pernambuco, que, no período de 2010 a 2022, somou um total de 424.286 matrículas; seguido pela Paraíba, que registrou 153.323 matrículas. Entre os Estados do Nordeste, o Maranhão (3.349) e Sergipe (3.464) é onde vamos encontrar a menor participação da Ser Educacional.

O Grupo adotou uma estratégia agressiva de aquisições de instituições menores, consolidando sua presença na região, inovou também em criar um modelo de negócios voltado para classes emergentes, assim, uma das suas principais estratégias foi focada em oferecer cursos voltados para o mercado de trabalho, especialmente nas áreas de saúde, direito e engenharia, atraindo estudantes de classes C e D. A ampliação da oferta de cursos a distância ajudou o grupo a atingir áreas remotas da região Nordeste, permitindo que a empresa aumentasse sua base de alunos sem a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura física. Esses fatores foram decisivos para a consolidação do Ser Educacional como um dos principais *players* da Educação Superior privada no Nordeste, com forte atuação em Pernambuco, Bahia, Ceará e outras localidades.

A entrada dos grandes grupos de capital aberto ampliou a oferta de cursos e o acesso ao Ensino Superior, sobretudo em regiões afastadas dos grandes centros, ao oferecer alternativas locais antes inexistentes. Contudo, suas estratégias de expansão são questionadas, pois se apoiam no crescimento da demanda e na redução de custos como forma de elevar a lucratividade.

5 Considerações finais

Na atualidade, estamos presenciando uma nova configuração do capitalismo global, que traz consigo novos padrões de regulação, controle e desempenho das instituições. Isso produziu um crescimento sem precedentes de um capital improdutivo, descolado da esfera da produção, na lógica do capital fictício, cujo valor é determinado exclusivamente pela expectativa de ganhos futuros.

No campo educacional, a exemplo de outros setores da economia, emergiram os grandes oligopólios educacionais, o que transformou a estrutura do setor privado mercantil. A formação de grandes conglomerados educacionais, impulsionada por fundos de investimento e pela crescente influência do capital financeiro, resultou em um aumento expressivo no número de matrículas, especialmente na modalidade de EaD. Este processo foi amplamente favorecido pelas políticas expansionistas do Estado, que incentivaram a privatização da Educação por meio da adoção de práticas mercadológicas tanto no setor público quanto no privado.

Essa nova arquitetura educacional passou a exigir novas estratégias de atuação voltadas para novo modelo organizacional, que tem, na Governança Corporativa, o seu expoente máximo por valorizar a eficiência, a produtividade e a racionalização. Esses princípios, aproximaram o sistema educacional da lógica empresarial, desvirtuando a Educação de seu papel como bem público essencial à formação cidadã

No Nordeste, uma região historicamente marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e alta demanda por Educação Superior, o impacto do modelo de negócios adotado pelos oligopólios educacionais é ainda mais acentuado. A região se tornou um mercado estratégico para essas empresas, que têm crescido exponencialmente, atraídas pelo grande número de estudantes em potencial. Os indicadores de matrículas na graduação das *holdings* Cognia, Yudqs e Ser Educacional, analisados neste trabalho, evidenciam essa expansão.

Apesar de ter ampliado o acesso ao Ensino Superior para populações antes excluídas, essa expansão acontece de forma precária, aumentando o abismo entre as classes sociais. A oferta massificada de EaD, embora possibilite a entrada de milhares de estudantes no sistema educacional, prioriza o lucro em detrimento de uma formação cidadã e de qualidade, comprometendo o desenvolvimento educacional pleno, que deveria ser o foco de um sistema educacional inclusivo.

A financeirização da Educação, evidenciada a partir dos processos de fusões e aquisições das IES e da inserção das companhias no mercado de capitais, têm sido objeto de estudos sistemáticos, especialmente no campo das políticas educacionais. O acelerado processo de privatização e mercantilização da oferta educativa está associado ao fenômeno da financeirização. A transfiguração da Educação escolar em ativo financeiro, apresenta diferentes facetas, como demonstrado neste trabalho, as características e as mediações desse processo fornecem um campo profícuo de investigações.

The privatization expansion of Higher Education in the Brazilian northeast (2010–2022): financialization and oligopolization

Abstract

This article analyzes the expansion of private Higher Education in the Northeast of Brazil, taking as reference the enrollments of the three largest Publicly Traded Groups operating in the region, Cogna, Yduqs, and Ser Educacional, from 2010 to 2022. It considers the expansion of the private commercial sector as part of financialized capitalism, which, in the educational field, occurs through the formation of large oligopolies connected to the financial sector. It is based on the theoretical framework of historical-dialectical materialism and uses as methodology the literature review and the elaboration of statistical series, based on microdata from the Inep Higher Education Census. The results indicate an expansion of enrollments in the private commercial sector, driven by strategies such as corporate governance, digital platforms, and distance learning, which has been reinforcing the commercialization of Education.

Keywords: Financialization; Educational Oligopolies; Private Higher Education.

La expansión privatista de la Educación Superior en el noreste brasileño (2010–2022): financierización y oligopolización

Resumen

El artículo analiza la expansión de la Educación Superior privada en la región Nordeste de Brasil, teniendo como referencia las matrículas de los tres mayores grupos de capital abierto que actúan en la región, Cogna, Yduqs, Ser Educacional, en el periodo de 2010 a 2022. Considera la expansión del sector privado mercantil como parte del capitalismo financeirizado que, en el campo educacional, ocurre por la formación de grandes oligopolios conectados al sector financiero. Se fundamenta en el referencial teórico del materialismo histórico y dialéctico y utiliza como metodología la revisión de literatura y la elaboración de una serie estadísticas, con base en los microdatos del Censo de la Educación Superior del Inep. Los resultados apuntan una expansión de las matrículas en el sector privado mercantil, impulsada por estrategias como gobernanza corporativa, plataformas digitales y Educación a distancia lo que viene reforzando la mercantilización de la Educación.

Palabras clave: Financiación; Oligopolios Educativos, Educación Superior Privada.

Referências

BOTREL, Sérgio. *Fusões & Aquisições*. São Paulo. Editora Saraiva, 2017.

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9057&ano=2017&ato=5f4ITQE1UeZpWT4a6>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação. *Painel de monitoramento PNE*. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 11/2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://proplad.ufu.br/legislacoes/portaria-normativa-mec-no-11-de-20-de-junho-de-2017>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRESSAN, L. *Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público*. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas – SP, 2018.

BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro. *Educação & Sociedade*. Campinas - SP, v. 31, n. 1, p. 481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxdfdTPRVBR78m/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e ricos*. São Paulo: Xamã, 1998.

COGNA EDUCAÇÃO. Cogna divulga o Relatório de sustentabilidade 2022. *Notícias*. São Paulo, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://esg.cogna.com.br/cogna-divulga-o-relatorio-de-sustentabilidade-2022/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

GRUPO YDUQS. *Central de Resultados*. São Paulo, 2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1eEZ_nqVNPJJmOYOM2ZIQOicQUc5wJ591cZzBDt-_o/edit. Acesso em: 24 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código de melhores práticas de Governança Corporativa*. 5. ed. São Paulo: IBCG, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). *Censo da Educação Superior (2010-2022)*. Brasília, DF, 2023.

LANGLEY, P. Assets and assetization in the financialized capitalism. *Review of International Political Economy*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 382-393, 2020. DOI: 10.1080/09692290.2020.1830828. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2020.1830828>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MARTINS, N. M. Teorias da Financeirização: instituições, crescimento e crise. In: LAVINAS, L. et al. *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

PAULANI, L. Sobre acumulação, financeirização, crescimento e crise. In: LAVINAS, L. et al. *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. V. Plataformização. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*. [S. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2020.

SER EDUCACIONAL. *Relatório de Sustentabilidade 2023*. [S. l.] 2024. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/12ca1381-e5c9-69fc-27a8-80fbde991de8?origin=1>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SHANE, S. *Academic Entrepreneurship: university spin-offs and wealth creation*, Edward Elgar. Northampton: EUA, 2004.

SILVA, R. M. da. *O processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica da expansão da Kroton educacional*. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.



Informações sobre as autoras

Alda Maria Duarte Araújo Castro: Professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora permanente do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Contato: castroalda02@gmail.com

Rhoberta Santana de Araújo: Professora Adjunta da carreira do Magistério Superior do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba. Contato: rhoberta.araujo@gmail.com

Edineide Jezine Mesquita de Araújo: Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e no Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) da UFPB. É bolsista produtividade CNPQ PQ/2. Contato: edjezine@gmail.com

Contribuição das autoras: Alda Maria Duarte Araújo Castro - Concepção do texto, organização, estrutura, análise e interpretação de dados; redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e aprovação da versão final a ser publicada. Rhoberta Santana de Araújo - Concepção do texto, organização, estrutura, análise e interpretação de dados; redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e aprovação da versão final a ser publicada. Edineide Jezine Mesquita de Araújo - Concepção do texto, análise e interpretação de dados; revisão crítica do conteúdo do manuscrito.

Dados: Os microdados utilizados nesta pesquisa estão disponíveis para download no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados>

Conflito de interesses: Declaramos para os devidos fins que não existe qualquer conflito de interesses que possa ter influenciado os resultados ou a interpretação do estudo. As análises apresentadas foram elaboradas a partir da leitura dos dados, da literatura especializada e de conhecimentos acumulados no campo de investigação.

Financiamento: A pesquisa não recebeu apoio financeiro de agências de fomento, instituições públicas ou privadas. Todas as etapas do estudo foram realizadas com recursos próprios, sendo os custos e demais despesas de responsabilidade dos pesquisadores.

Editores responsáveis por este artigo:

Marcelo Mocarzel (avaliador ad hoc)

Olivia Neta (avaliadora ad hoc)